

Redes e Conexões como perspectivas metodológicas nos estudos histórico-culturais da imprensa no Brasil: entre o local e o nacional*

MARIALVA CARLOS BARBOSA

Professora titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Cultura (Brasil). Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (Brasil). Correio eletrônico: marialva153@gmail.com Dedica-se há várias décadas aos estudos que fazem a conexão entre Comunicação e História.  ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8875-7128>

ROSANA MARIA RIBEIRO BORGES

Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás – UFG (Brasil). Pós-Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil). Correio eletrônico: rosana_borges@ufg.br. Possui atuação no ensino (de graduação e de pós-graduação), na extensão universitária e na pesquisa nas áreas de Jornalismo e Comunicação Social, com ênfase na História da Imprensa, Pesquisa História do Jornalismo e da Comunicação, Jornalismo e Comunicação, Mídia e Cultura, Discursos Jornalísticos e Produção de Sentidos.  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9848-2452>

Recibido: 30 de junio de 2023

Aprobado: 29 de noviembre de 2023

Modificado: 13 de diciembre de 2023

Artículo de investigación científica

DOI: <https://doi.org/10.15648/hc.44.2024.3891>

* Este artículo forma parte del proyecto: “História da imprensa no Brasil do século XIX: uma rede de pesquisa” financiado por el FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq (Brasil).

Esta publicación está bajo una licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0



Redes e Conexões como perspectivas metodológicas nos estudos histórico-culturais da imprensa no Brasil: entre o local e o nacional

Resumo

O objetivo do artigo é debater a perspectiva metodológica das redes e conexões que visa construção de concepções plurirregionais capazes de fortalecer os estudos da imprensa local e regional numa perspectiva histórico-comunicacional. Este movimento metodológico busca romper com silenciamentos e lógicas macroestruturais e hegemônicas que, na síntese histórica, privilegiam os centros de poder. Isso porque, independente da escala, se local, regional ou nacional, os veículos de jornalismo prescindem de conexões em redes e, consequentemente, as pesquisas históricas da imprensa carecem de olhares metodológicos conectados, fortalecedores do local perante o global e localizadores do global em relação ao local.

Palavras-chave: Metodologia da pesquisa histórico-comunicacional, história da imprensa brasileira, redes e conexões, estudos histórico-culturais da imprensa.

Redes y conexiones como perspectivas metodológicas en los estudios histórico-culturales de la prensa en Brasil: entre lo local y lo nacional

Resumen

El objetivo del artículo es discutir la perspectiva metodológica de redes y conexiones que pretende construir concepciones plurirregionales capaces de fortalecer los estudios de la prensa local y regional en una perspectiva histórico-comunicacional. Este movimiento metodológico busca romper con silenciadores y lógicas macroestructurales y hegemónicas que, en la síntesis histórica, privilegian los centros de poder. Esto se debe a que, independientemente de la escala, ya sea local, regional o nacional, los vehículos periodísticos no necesitan conexiones en red y, en consecuencia, la investigación de la prensa histórica carece de perspectivas metodológicas conectadas, fortaleciendo lo local frente a lo global y ubicando lo global, en relación a la ubicación.

Palabras clave: Metodología de la investigación histórico-comunicacional, historia de la prensa brasileña, redes y conexiones, Estudios histórico-culturales de la prensa.

Networks and connections as methodological perspectives in the historical-cultural studies of the press in Brazil: between the local and the national

Abstract

The objective of the article is to discuss the methodological perspective of networks and connections that aims to build pluri-regional conceptions capable of strengthening the studies of the local and regional press in a historical-communicational perspective. This methodological movement seeks to break with silencing and macrostructural and hegemonic logics that, in the historical synthesis, privilege the centers of power. This is

because, regardless of the scale, whether local, regional or national, journalism vehicles do not need connections in networks and, consequently, historical press research lacks connected methodological perspectives, strengthening the local against the global and positioning the global in relation to the location.

Keywords: Methodology of historical-communicational research, history of the Brazilian press, networks and connections, historical-cultural studies of the press.

Réseaux et connexions comme perspectives méthodologiques dans les études historico-culturelles de la presse au Brésil: entre le local et le national

Résumé

L'objectif de l'article est de discuter la perspective méthodologique des réseaux et des connexions qui vise à construire des conceptions plurirégionales capables de renforcer les études de la presse locale et régionale dans une perspective historico-communicationnelle. Ce mouvement méthodologique cherche à rompre avec le silence et les logiques macrostructurales et hégémoniques qui, dans la synthèse historique, privilégient les centres de pouvoir. En effet, quelle que soit l'échelle, qu'elle soit locale, régionale ou nationale, les véhicules du journalisme n'ont pas besoin de connexions dans les réseaux et, par conséquent, la recherche de presse historique manque de perspectives méthodologiques connectées, renforçant le local par rapport au global et situant le global, par rapport à l'emplacement.

Mots clés: Méthodologie de la recherche historico-communicationnelle; histoire de la presse brésilienne; réseaux et connexions; études historico-culturelles de la presse.

INTRODUÇÃO

Ao escolhermos como escopo geral deste artigo a apresentação do resultado de um extenso trabalho de pesquisa que contou com a colaboração de dezenas de pesquisadores brasileiros na “Rede de Pesquisa sobre História da Imprensa no Brasil do Século XIX”, partimos da perspectiva que as articulações teóricas e metodológicas derivam não apenas dos pressupostos iniciais que enredam tramas e problemáticas, visto que também vão sendo moldadas no decorrer da própria investigação. Tal concepção encontra sólido alicerce na abordagem qualitativa da produção científica, cujo principal pressuposto aponta o caráter processual e interpretativo do saber enquanto processo de construção histórica que abarca redes e conexões alicerçadas no tempo e no espaço.

Segundo Deslauriers e Kerisit, “a abordagem qualitativa nas ciências sociais compõe seus objetos num nível local, por uma espécie de bricolagem criadora”¹, já que o campo de pesquisa não é operacionalizado nem tampouco pré-estruturado antecipadamente. Desse modo, cabe a quem pesquisa atentar-se às particularidades do cenário do estudo, observando os aspectos que indicarem pertinência. Portanto, compreendemos que conduzir uma pesquisa ancorada na abordagem qualitativa significa mais do que reunir métodos e conjuntos de instrumentos decodificadores e interpretadores de teias de significados, ainda mais quando propomos que essa parta da premissa das redes e conexões, considerando-se aspectos práticos, sociais e históricos da construção de determinados saberes.

De acordo com Henri Lefebvre², o prático, o social e o histórico são os três principais pilares do conhecimento científico, visto que antes de elevar-se à qualidade teórica, é necessário problematizar experiências empíricas existentes em realidades e relações sociais que, por conseguinte, também são históricas. Ao estabelecer possíveis caminhos para que questões sejam elucidadas e objetivos alcançados, o campo científico aponta para os métodos, ou seja, processos que indicam as trilhas do fazer e de como se pode conhecer.

Para Milton Santos, o método é um “[...] conjunto de preposições coerentes entre si – que um autor ou um conjunto de autores apresenta para estudo de uma realidade, ou de um aspecto da realidade”³. Todavia, observa que nenhum método é eterno ou imutável, já que precisa conseguir cumprir a sua função primária, que é interpretar. Diante das experiências próprias, de outros pesquisadores e de transformações inerentes à própria configuração da realidade, Santos é categórico ao afirmar: “Já que eu não posso inventar o mundo, invento uma forma de interpretação, pois o mundo existe independentemente de mim”⁴. E é também essa perspectiva que embala a nossa proposta de se estabelecer redes e conexões para a ideação de novas análises acerca da imprensa brasileira.

1 Jean Pierre Deslauriers e Michele Kerisit, “O delineamento da pesquisa qualitativa”, em *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, eds. Jean Luc Pou-Part et al (Rio de Janeiro: Vozes, 2014), 150.

2 Henri Lefebvre, *Lógica formal, lógica dialética* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995).

3 Milton Santos, *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (São Paulo: EDUSP, 1996), 83.

4 Milton Santos, *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (São Paulo: EDUSP, 1996), 86.

Ao propormos uma metodologia na perspectiva das redes e conexões, também compartilhamos a ideia de que é preciso reinventar o fazer científico dos estudos históricos da imprensa brasileira, que passaram por vários escopos e recortes e, na atualidade, conclamam por enlaces capazes de criar proximidades com a própria totalidade histórica⁵. Apesar de possuir imprensa periódica desde o ano de 1808, o Brasil é um país que ainda está construindo perspectivas metodológicas no campo da historiografia do jornalismo. Isso porque a construção de análises histórico-culturais acerca dos veículos jornalísticos brasileiros data de poucas décadas, sendo que, mais recentemente, salta aos olhos a proliferação de estudos locais e regionais, em contraposição à produção acumulada no século XX, cujas narrativas, em geral, estão relacionadas aos grandes centros urbanos e suas configurações de poder na geopolítica nacional e no próprio campo jornalístico e comunicacional.

A extensão territorial do Brasil e a pulverização dos movimentos históricos faz com que haja, nas pesquisas referentes à imprensa, um duplo movimento: ora considera-se nas análises, ao extremo, os particularismos, ora generaliza-se os processos ocorridos nos mais importantes centros urbanos como sendo espécie de emblema comum pertencente a todas as regiões. Quando propomos uma metodologia apoiada em redes e conexões, consideramos que ultrapassar olhares generalistas em direção a uma perspectiva plurirregional, além de fortalecer os estudos da imprensa local e regional, rompe com silenciamentos e lógicas macroestruturais e hegemônicas que, na síntese histórica, privilegiam os grandes centros de poder.

Assim, o objetivo central do texto é debater os movimentos reflexivos da “Rede de Pesquisa sobre História da Imprensa no Brasil do Século XIX” que resultou em interpretações sobre os processos jornalísticos existentes nos momentos iniciais da imprensa brasileira e ao longo dos anos de 1800, com especial atenção para o período pós-Independência

5 Na visão de Karl Marx, a totalidade histórica somente pode ser abarcada pela relação entre as partes, e não pela soma dessas. Karl Marx, Contribuição à crítica da economia política (São Paulo: Martins Fontes, 2003).

do Brasil (1822)⁶. Todavia, não se trata apenas de uma apresentação das pesquisas realizadas, visto que, por meio delas, pretendemos pensar nas redes e conexões como perspectivas metodológicas para os estudos de escopo histórico-culturais sobre a imprensa brasileira.

O propósito inicial desta Rede de Pesquisa era construir uma história da imprensa brasileira no século XIX a partir do que denominamos perspectiva histórico-comunicacional, ou seja, colocando em evidência um olhar que privilegiasse, religasse e relacionasse comunicação e história. E mesmo diante da constatação de que já foram produzidas centenas de trabalhos que se ocuparam do século XIX e de sua imprensa, o desafio era produzir novas interpretações nas quais os aportes teóricos da comunicação fornecessem também chaves analíticas para a compreensão histórica dos processos comunicacionais, sem abandonar os postulados centrais indicados pela teoria da história⁷.

Ao pensarmos a formação de uma rede para produzir pesquisas sobre a imprensa brasileira do século XIX, objetivamos também deslocar o olhar interpretativo do Rio de Janeiro, então capital imperial, para outros territórios culturais. Para investigar os veículos jornalísticos, avançando análises a partir de territórios culturais/políticos nos quais se espalhavam – e numa perspectiva em que a imprensa fosse o ator principal – seria necessário o trabalho de muitos pesquisadores. Começamos este percurso em 2018,

6 A Rede de Pesquisa reuniu, durante três anos, mais de 50 pesquisadores de todas as regiões do país para fazer uma revisão dos estudos históricos da imprensa brasileira no século XIX. O resultado da pesquisa foi sistematizado no livro “História da imprensa no Brasil do século XIX”, organizado por Marialva Barbosa, Ana Paula Goulart Ribeiro e Antônio Hohlfeldt, editado pela EdPUCRS (no prelo). O texto que apresentamos no artigo faz um balanço crítico desta produção e não está reproduzido no livro em processo final de produção quando da conclusão deste texto, sendo, portanto, inédito.

7 Em um século e meio de estudos sobre história da imprensa no Brasil, diferentes perspectivas foram adotadas para produzir instigantes interpretações: do viés historicista, passando pelo socioeconômico, incorporando as abordagens culturalistas, privilegiando a dimensão política, muitos foram as pesquisas realizadas. Neste percurso, as obras que objetivavam realizar sínteses históricas sobre a imprensa brasileira tiveram importante lugar, cujo pioneirismo se deveu a Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966), seguido de outros autores, sobretudo em tempos mais contemporâneos, tais como Jurez Bahia, *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira* (São Paulo: Ática, 1990); Isabel Lustosa, *Insultos Impressos. A guerra dos jornalistas na independência. 1821-1823* (São Paulo: Cia das Letras, 2000); Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos – imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)* (São Paulo: Hucitec, 2005); Richard Romancini e Cláudia Lago, *História do Jornalismo no Brasil* (Florianópolis: Insular, 2007); Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, *História da imprensa no Brasil* (São Paulo: Contexto, 2008) e Marialva Barbosa, *História Cultural da Imprensa – Brasil (1900-2000)* (Rio de Janeiro: MauadX, 2007, 2010).

dividindo o país, tal como era política e geograficamente considerado no século XIX, escolhendo para cada uma das regiões coordenadores: o Oeste Marítimo, os Governos Gerais do Leste e os Governos do Interior⁸.

A formação de redes de pesquisa nas quais reflexões de territorialidades diversas fossem ouvidas e colocadas em relação foi, portanto, o caminho escolhido. Assim, a primeira dimensão de redes diz respeito ao *modus operandi* da pesquisa, enquanto a segunda refere-se, como veremos no decorrer deste artigo, ao seu modelo teórico-metodológico, ou seja, como a categoria rede se acopla, se aproxima e se distancia da perspectiva das conexões, na história da imprensa.

Se redes e conexões são práticas prevalentes no mundo comunicacional do século XXI instaurando outros nexos sobre territórios, lógicas culturais, constituição do sujeito histórico que vive no mundo do *bios midiático*⁹, parece-nos que essa dimensão teórico-metodológica emerge a partir do lugar existencial do próprio pesquisador. Tal premissa encontra refúgio na constatação de que é do presente que as inquietações emanam e constroem modos de olhar o passado, introduzindo questões que reconfiguram as análises dos tempos pretéritos. Para Rancière¹⁰, esse movimento se configura em um anacronismo repleto de positividade, o que, conforme apresentaremos ao longo do texto, torna-se evidente nas análises empreendidas.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O LOCAL, O REGIONAL E O GLOBAL

O debate sobre a adoção na história de uma perspectiva localista, regional ou global é intenso e perene. Entretanto, a partir de meados do século XX, ganha contornos específicos, que não aprofundaremos no escopo deste

8 O Oeste Marítimo incluía o Grão-Pará, o Maranhão e as demais províncias do Norte; os Governos Gerais do Leste englobavam a Bahia e os governos secundários de Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul; os Governos do Interior incluíam Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Foram coordenadores regionais da rede: Netília Seixas (Pará); Roseane Pinheiro (Maranhão) e Ana Regina Rego (Piauí), cujas localidades compõem o Oeste-Marítimo; Hérica Lente (Bahia); Aline Grego (Pernambuco); Gisely Hime, (São Paulo); Mauro Silveira (Santa Catarina) e Aline Strelow (Rio Grande do Sul), que sintetizam os Governos Gerais do Leste; Phillippe Jacome (Minas Gerais) e Rosana Maria Ribeiro Borges, (Goiás e Mato Grosso), representando os Governos do Interior. Cada um desses coordenadores mobilizou dezenas de outros pesquisadores.

9 Muniz Sodré, *A ciência do comum: notas para o método comunicacional* (Petrópolis: Vozes, 2014).

10 Jacques Rancière, “O conceito de anacronismo e a verdade do historiador”, em *História, verdade e tempo*, eds. Marlon Salomon (Chapécó: Argos, 2011).

trabalho, mas que deve ser rapidamente referenciado. O colapso dos impérios europeus abalou a cosmogonia ocidental e a morfologia da História. Estes debates associados aos combates pelos direitos civis de mulheres, da população LGBTQIA+, de afrodescendentes, acoplados às lutas anticoloniais fomentaram a revisão crítica dos pressupostos das Ciências Humanas e Sociais. As identidades sociais e políticas, consideradas, até então, e de maneira equivocada, como seguras e estáveis, passaram a ser vistas sob a égide da instabilidade e da precariedade. Os sujeitos históricos passam a serem considerados, cada vez mais, em sua complexidade, enquanto as estruturas do mundo social, antes apresentadas como sólidas, deram lugar a multiplicidade dos movimentos das agências. Como remarca Morales e Silva, a partir dos anos 1970, as perspectivas pós-estruturalistas, culturalistas, pós-coloniais ou pós-modernas “[...] promoveram uma radical desconstrução dos paradigmas de uma temporalidade linear eurocêntrica”¹¹.

Há que se remarcar ainda o direcionamento crítico e analítico da história a partir do desenvolvimento e da hegemonia da história cultural, introduzindo direcionamentos metodológicos que resultaram num maior cuidado com a linguagem, incluindo a desconstrução da retórica das próprias fontes, submetidas a categorias apresentadas desde o século XIX como perenes, a exemplo de “civilização”, “ocidente” e “império”, dentre outras. Cada vez mais, também os historiadores passam a atentar para os limites de suas próprias hipóteses e, sobretudo, das generalizações produzidas. No que diz respeito aos parâmetros espaciais, em meio à multiplicidade de debates, a disciplina histórica, de maneira geral, passou a oferecer alternativas teóricas-metodológicas privilegiadoras da perspectiva da confluência, sobressaindo-se as propostas comparativistas de escopo global e as que fazem das conexões o paradigma dominante¹².

11 Fabio Augusto Morales e Uiran Gebara da Silva. “História antiga e história global: afluentes e confluências”, *Revista Brasileira de História*, Vol. 40 No. 83 (2020), 128.

12 Acerca da temática e dos estudos realizados no âmbito da História Antiga, indicamos o artigo de Morales e Silva, no qual os autores abordam os diversos movimentos na perspectiva de construção do que hoje se chama História Global, numa “miríade de abordagens concorrentes”: New World History; teoria do sistema-mundo; Big History; micro-história global; história conectada; história cruzada; história comparada; teorias pós-colônias, entre outras, que possuem em comum a proposta de “superação do eurocentrismo e do internacionalismo metodológico”. Para os autores, a grande crítica é a hegemonia do Ocidente nas abordagens, embora a forma como se operacionalizar a proposta esteja bem longe do consenso - Fabio Augusto Morales e Uiran Gebara da Silva. “História antiga e história global: afluentes e confluências”, *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 83 (2020). Sobre história conectada da imprensa, indicamos conferir Marialva Barbosa e Eduardo Gutiérrez. “História da mídia: comparar ou conectar?”, *Revista Internacional de Historial de la Comunicación* No. 18 (2022).

Pensar em territórios marcados historicamente pelo lugar de ex-colônia e, no caso brasileiro, também pelas chagas de uma escravidão de mais de três séculos, coloca como categoria fundante a diferença, prefigurada pelas múltiplas exclusões. Assim, a delimitação do próprio território e sua apropriação discursiva, o interior como sertões, por exemplo, é tributário do aprofundamento das diferenças e da incorporação de outras exclusões. Ainda que se deva considerar que, no Brasil, a relação entre o regional e o nacional tenha sido temática constante durante todo o século XX, na busca construção da chamada identidade brasileira é necessário perceber que, na condição de formações discursivas, ampliavam as diferenças em nome de algo comum que construiria uma pretensa unidade: o país nação. Assim, prejudicava-se que estudando os particularismos, seria possível construir um elemento consensual por entre as diferenças. Noutras perspectivas, julgava-se o regional como espaço retrógrado diante de um pretenso mundo moderno.

Através do recorte regional, influenciado pelo pensamento geográfico, procurava-se montar como possibilidade para a construção da própria história do país uma variação de escalas, em que a região podia ser, algumas vezes, uma província/estado ou mesmo um espaço que englobasse várias localidades. Mas, no caso brasileiro, como bem mostra Albuquerque Júnior¹³, a criação das identidades regionais decorre da perda das elites agrárias do domínio político e econômico em relação ao espaço nacional e que, para tentar manter seus privilégios, elaboram diferentes recortes regionais. Para ele, a emergência ou como ele denomina a “invenção do Nordeste”, a partir da década de dez do século XX, talvez tenha sido o processo de maior êxito na criação de uma identidade regional no país.

Em relação ao conceito de região, mesmo no pensamento geográfico, não há consenso na sua definição, tornando-se ora fluido, ora escorregadio, podendo ser agrupado a partir de diferentes recortes: localidades, cidades, estado ou países. As regiões, entretanto, e como já nos referimos rapidamente, são sempre construções históricas elaboradas por meio de discursos, símbolos e práticas desenvolvidas interna ou externamente àquele território construído, com objetivos diversos em função disputas

13 Durval Muniz de Albuquerque Júnior, *A invenção do Nordeste e outras artes* (São Paulo: Cortez, 2011).

reais e simbólicas. Todavia, no que concerne ao conceito de região, corroboramos com o pensamento de Milton Santos¹⁴, que a aponta como decorrência das interações entre as formas e os conteúdos existentes em um determinado espaço que, por sua vez, é composto por relações históricas, sociais e culturais, o que inclui os ordenamentos econômicos e políticos.

Nessa perspectiva, pela própria dinâmica que tece a historicidade dos territórios, espaços e lugares, mesmo que o modo de produção seja similar, as regiões não são homogêneas, já que o seu *lôcus* inclui dimensões da vida, arranjos específicos, relações internas e externas e complexas interações que estão constantemente em movimento e mudanças. Para Santos¹⁵, a região resulta tanto de ações internas, quanto externas, ou seja, a sua formação acontece por meio da internalização de processos externos a partir dos elementos que, internamente, a compõem em fluxos que são históricos, donde se emana as diferenças regionais:

“A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se o considerarmos a parte da totalidade. Os recursos totais do mundo ou de um país, quer seja o capital, a população, a força de trabalho, o excedente, etc., dividem-se pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na forma de eventos. A cada momento histórico, tais recursos são distribuídos de diferentes maneiras e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular. Sua significação é dada pela totalidade de recursos e muda conforme o movimento histórico”¹⁶.

Pensado dessa maneira, o conceito de região também abre espaço para reflexões acerca do que Daniela Cristiane Ota e Lairtes Chaves Rodrigues Filho¹⁷ definem como “Geografias da Comunicação”, na qual os lugares

14 Milton Santos, Espaço e método (São Paulo, Nobel, 1985).ria Fadul estiane Ota e prensa brasileira. io delas, pretendemos pensar nas redes e conex

15 Milton Santos, Metamorfoses do espaço habitado (São Paulo, Hucitec, 1988).

16 Milton Santos, A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção (São Paulo, Hucitec, 1997), 131.

17 Daniela Cristiane Ota e Lairtes Chaves Rodrigues Filho, eds. Geografias da Comunicação na pesquisa sul-matogrossense: fronteiras, territórios e perspectivas. Manaus: Intercom, 2013. <https://www.academia.edu/download/38648216/geografias.pdf>.

de memória possuem centralidade. Isso porque o movimento histórico que tece as regiões e seus diversos agrupamentos étnicos e sociais, também é formador de memórias que, por sua vez, são tão específicas quanto o próprio lugar. Dessa feita, as Geografias da Comunicação se propõem a compreender as texturas que emanam das significações e práticas espaciais e comunicacionais, ou seja, na própria experiência do sujeito junto ao mundo e do mundo na existência do sujeito. É, portanto, uma relação dialética, na qual ao mesmo tempo em que a comunicação produz o local e o conduz ao global, é por eles produzida: “A regionalidade, nesse sentido, não implica necessariamente na identificação com um espaço delimitado por territórios, mas pela comunidade, pelo pertencimento, pela sintonia dos sujeitos em um determinado *sensorium*”¹⁸. Noutros termos, “Quando investigamos o local, a dimensão reduzida do urbano, as cidades pequenas, vemos que há um mundo a ser explorado e, mais importante, um mundo a ser compreendido, analisado, apreendido. Confirmamos então que a localidade ajuda a entender por inteiro, e dá pistas para, o domínio das outras escalas”¹⁹.

A complexificação dos debates em torno de uma história global intensifica-se, no cenário do que se denomina processo de globalização contemporâneo, a partir das últimas décadas do século XX²⁰, com o advento de novas tecnologias comunicacionais, que promoveram mais do que o evidente encurtamento das distâncias, uma desconfiguração complexa da noção de espaço. Se tomarmos como pressuposto que a história produz nexos reflexivos sobre a historicidade humana e essa se

18 Daniela Cristiane Ota e Lairtes Chaves Rodrigues Filho, eds. *Geografias da Comunicação na pesquisa sul-matogrossense: fronteiras, territórios e perspectivas*. Manaus: Intercom, 2013. <https://www.academia.edu/download/38648216/geografias.pdf>, 9.

19 Anamaria Fadul e Sonia Virgínia Moreira. “Prefácio”. En 10 anos: o percurso do grupo de pesquisa *Geografias da Comunicação no Brasil*, editado por Sonia Virgínia Moreira et al. São Paulo: Intercom, 2019, 7-8.

20 Não cabe no escopo deste artigo ampliar as discussões em torno da história global. Mais uma vez, a tentativa de encontrar na globalização as explicações do presente, bem como a análise histórica dos processos comunicacionais contemporâneos, são fundamentais para a emergência da história global em oposição ao modelo historiográfico de uma história universal do século XX, que se direcionava pelo eurocentrismo reflexivo, priorizando como unidade de análise o Estado Nação e o progresso europeu como força motriz da história do mundo. Portanto, as discussões historiográficas sobre as perspectivas teóricas e metodológicas em torno da temática (história comparada, história atlântica, história transnacionais, histórias conectadas, história cruzadas etc.) tem como uma das discussões formas de superar o nacionalismo metodológico. Sobre o tema, é interessante consultar as obras de Sebastian Conrad, *O que é história global?* (Lisboa: Edições 70, 2019) e de Diego Olstein, *Thinking history Globally* (Londres: Palgrave Macmillan, 2015).

dá na dimensão do tempo e do espaço²¹, podemos dizer que, ao viver a sua historicidade, a pessoa humana vive no tempo/espaço. Todavia, não apenas o espaço enquanto lugar geográfico ou político que se constituirá como espaço social, mas também os espaços imaginários e os espaços virtuais²², como os que são dominantes nos tempos contemporâneos.

De fato, Milton Santos analisa que o domínio da liberdade está no espaço, já que este abarca tanto a multiplicidade das ações, quanto a variedade das perspectivas e das temporalidades. Para o autor, o espaço “[...] é o lugar material da possibilidade dos eventos [...] é mídia nos dois sentidos. Ele é *linguagem* e também é *meio* onde a vida é tornada possível”²³. Todavia, isso não quer dizer que as pessoas e até mesmo as instituições compartilham os mesmos espaços e tempos, pois as dinâmicas espaciais também são alimentadas pela materialidade da ação histórica e das suas próprias contradições. Nesse sentido, o espaço também pode ser compreendido pelo “[...] conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente”²⁴. Ao corroborar com tais apontamentos, Borges²⁵ enfatiza que o verbo do espaço é o “viver”, enquanto o “dominar” e o “apropriar” são elocuições inerentes à outra categoria geográfica extremamente importante para os estudos alusivos às redes e conexões: o território.

Tal como pontuamos, não é nossa intenção tecer longas considerações acerca de categorias da Geografia. Contudo, reiteramos que o território não existe sem a construção do espaço, pois “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”²⁶. Numa perspectiva

21 Agnes Heller, *Uma teoria da história* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993).

22 José D’Assunção Barros. “História, espaço e tempo: interações necessárias”, *Revista Varia História*, Vol. 22 No. 36 (2006).

23 Milton Santos, *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (São Paulo: EDUSP, 1996), 19.

24 Milton Santos, *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (São Paulo: EDUSP, 1996), 23.

25 Rosana Maria Ribeiro Borges, “Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado” (Tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2013).

26 Milton Santos, “O dinheiro e o território”, em *Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial*, eds. Milton Santos et al (Rio de Janeiro: DP&A, 2006), 7.

abrangente, a construção territorial resulta da apropriação de espaços por grupos específicos que, guiados por critérios e normas de determinada época histórica, delimitam fronteiras materiais e simbólicas.

Pelo exposto, podemos afirmar que o território é, ao mesmo tempo, produto e produtor dos processos e dinâmicas sociais, cuja tessitura está justamente nos vínculos que o constituem, que, na contemporaneidade, cada vez mais erigem em redes. É o que Milton Santos²⁷ compreende como “meio técnico-científico-informacional”, no qual o território, obrigatoriamente, é composto e está atravessado por redes tecnológicas, científicas e informacionais que, apesar de serem dotadas de fracionamentos por não incidirem de modo igual, assentam processos de unificação. Para o autor, a unificação ocorre por meio de ligações do global, alicerçado nas hegemônias macroestruturais e no ordenamento social, e do local, portador da desordem, já que pressupõe, fundamentalmente, o espaço vivido.

Ao trazermos tais acepções ao campo comunicacional, podemos estabelecer um diálogo com uma máxima de Bordenave: “Não poderia existir comunicação sem sociedade, nem sociedade sem comunicação [...] Diz-me como é a tua comunicação e eu te direi como é a tua sociedade”²⁸, pois os processos comunicativos humanos não existem em si mesmos nem tampouco acontecem de forma apartada da vida social, que também é histórica.

Essa perspectiva implica em assumirmos que quanto mais complexa a estrutura das sociedades, mais heterogeneidade possui o comunicacional, o simbólico e o próprio campo mediador e significador do mundo e dos eventos, seja qual for a escala, se global, regional ou local. Isso porque quanto mais entranhada em redes e intrincada no meio técnico-científico-informacional, mais “[...] nós, tramas, fluxos, dispersões e distanciamento das possibilidades de apropriar-se do todo, que inclui, entre outros elementos, os objetos materiais e simbólicos hegemonicamente edificadas e homogeneamente distribuídos”²⁹.

27 Milton Santos, *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (São Paulo: EDUSP, 1996), 20.

28 Juan E. Díaz Bordenave, *O que é comunicação* (São Paulo: Brasiliense, 1982), 16-17.

29 Rosana Maria Ribeiro Borges, “Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado” (Tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2013), 96-97.

2. O LOCAL, O REGIONAL E O GLOBAL EM REDES E CONEXÕES: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

podemos postular que as tendências acentuadoras das hegemonias dominantes que são fomentadas pela racionalidade do meio técnico-científico-informacional se materializam no lugar, ao mesmo tempo em que o lugar detém as possibilidades da contra-hegemonia. A respeito do assunto, num primeiro momento, recorreremos ao pensamento de Armand Mattelart, que sinteticamente destaca ser a harmonia com a “genealogia do espaço internacional” estratégico para os apelos da mundialização/globalização”, trazendo consequências para o fazer histórico, ou “jogar a história no esquecimento”³⁰.

Quando o autor fala sobre os processos que jogam a história no esquecimento, está se referindo também a leituras parciais do mundo, que, indubitavelmente, diminuem as probabilidades de elaborações de sínteses mais condizentes com a realidade. Essas situações embarçam a compreensão das hegemonias dominantes e, por vezes, disfarçam e ocultam processos que poderiam fornecer pistas para a construção de uma leitura mais ampla do global, bem como das suas conexões com o local – tal como já pontuamos, no que concerne à tessitura da história da imprensa brasileira

Na construção da história da imprensa no Brasil podemos constatar diversos processos mitificadores³¹, tal como os presentes nas narrativas dos grandes centros de poder em detrimento de outras regiões do país, que também constituíram seus espaços jornalísticos desde o início do século XIX, mas que comumente são ignoradas e, por conseguinte, silenciadas. Nesse ponto, indicamos o primeiro pressuposto metodológico da “Rede de Pesquisa sobre História da Imprensa no Brasil do Século XIX”: constatar um silenciamento não equivale à superá-lo. É preciso agir nas redes e conexões para apresentar leituras e narrativas capazes de compreender as relações entre o global e o local, entre o hegemônico e o que foi instituído às margens, periferias e rincões distantes dos grandes

30 Armand Mattelart, *A globalização da comunicação* (Bauru: EDUSC, 2000), 12.

31 Sobre a questão do mito, sugerimos consultar Roland Barthes, *Mitologias* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001).

centros de poder. Portanto, é importante a construção de uma unidade que, a partir do singular, se multiplica a partir dos processos vividos na história, que incluem exclusão, barbárie, genocídio decorrentes das condições de exclusão de um passado colonial e de dominação. Afinal, ignorar e silenciar o que é pregresso, além de ser um movimento que corrobora com a sua mitificação, fortalece o pensamento hegemônico dominante e, conseqüentemente, enfraquece a construção de uma historiografia que realmente fale da imprensa nacional.

Num segundo momento, resgatamos as reflexões de Milton Santos³² acerca da dimensão central do lugar, que está relacionada ao próprio viver e às espacialidades que o formam e o constituem enquanto possibilidade contra-hegemônica. Para ele, “[...] o lugar é o encontro entre *possibilidades* latentes e *oportunidades* preexistentes ou criadas”³³. A assertiva do autor tem um dos fundamentos na dimensão mundial da globalização, que está alocada no mercado cada vez mais presente nas chamadas “organizações globais” que, hipoteticamente, estariam em toda parte, mas acabam podendo sequer estar em lugar algum. Dessas contradições emanam fragmentações, disparidades, distanciamentos de usos e de acessos, ao mesmo tempo em que imputam ao lugar o *status* de par opositivo dialético ao próprio movimento globalizante, por este se constituir em *lôcus* do viver, das esperanças, das mudanças e das transformações: “Se o lugar nos engana, é por conta do mundo. Nessas condições, o que globaliza separa; é o local que permite a união”, pontua Santos³⁴.

O lugar é reflexo de lógicas hegemônicas, ao mesmo tempo em que também aloca o acontecer solidário, já que a sua constituição perpassa tanto pela configuração territorial, quanto pela solidariedade regulada, capaz de oferecer contrapontos. Exemplificando, o autor cita os jornais locais e de bairro que, mesmo num mundo globalizado e permeado pelo meio técnico-científico-informacional, migraram para outras plataformas e se recriaram, ao invés de desaparecerem, tal como especialistas

32 Milton Santos, Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional (São Paulo: EDUSP, 1996).

33 Milton Santos, Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional (São Paulo: EDUSP, 1996), 20.

34 Milton Santos, Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional (São Paulo: EDUSP, 1996), 16.

haviam previsto. Na visão de Milton Santos³⁵, isso ocorre em função da relação cultural entre o local e o global, pois, apesar de terem acesso ao que é nacional ou internacional, as pessoas vivem no lugar e carecem de identificação com o espaço onde vivem e se sentem pertencentes: “[...] o consumo leva ao seu antídoto. O consumo nos aprisiona, mas para vender tem que levar em conta estratificações de idade, de renda, os gostos herdados. E o jornal tem este papel, é o intermediário, tem também um consumo político.”³⁶.

No que diz respeito à imprensa, o momento axial da criação de um veículo de jornalismo e da sua sobrevivência, mesmo que efêmera, bem como a intencionalidade do texto jornalístico – e talvez até mesmo das significações do próprio leitor – é guiado pelo contexto regional ou local. Nessa perspectiva, pontuamos o segundo pressuposto metodológico: é preciso considerar critérios do local e do regional inerentes aos seus tempos e espaços históricos, cujas particularidades localistas podem distanciar-se da chamada grande mídia, bem como das narrativas generalizantes do que aconteceu, enquanto fato histórico, nos centros hegemônicos de poder. Pensar o local e o regional em redes e conexões é atentar-se às suas propriedades e potências históricas, sem, contudo, promover o seu isolamento ou impulsionar o seu silenciamento. É saber que o local existe e sobrevive independentemente das representações que o regional, o nacional e o internacional constroem a seu respeito, muito embora essas insígnias demarquem e assinalem a configuração do lugar, já que toda captura territorial pressupõe significações. No entanto, considerar as especificidades do local ou construir uma perspectiva plurirregional não significa somar partes desintegradas, nem tampouco proceder a um apartamento das relações e conexões existentes com o que emana do global, visto que isso seria negar a existência da própria sociedade, tecida sempre em redes.

O conhecimento, a informação e a organização em rede não são categorias que emergiram recentemente, já que, historicamente, assinalem a vida cotidiana, as relações de poder e, até mesmo, a emergência dos

35 Milton Santos, *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (São Paulo: EDUSP, 1996).

36 Milton Santos, *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (São Paulo: EDUSP, 1996), 94.

primeiros jornais no mundo, no Brasil, em suas regiões e localidades. Porém, o que há de novo, no contemporâneo, é a centralidade das redes digitais, já que a sociedade em que vivemos é a sociedade do indivíduo em rede que, por sua vez, é a sociedade das linguagens que disseminam conteúdos simbólicos e afirmam significações e práticas culturais. Sob esse prisma, segundo Castells³⁷, o sistema comunicacional contemporâneo possui três grandes tendências: é global, mas sem deixar de ser local; é interativo e busca maior horizontalidade.

Salientamos que a dimensão política e de poder presente nas redes indicam níveis, escalas e acessos díspares que podem ser sobrepostos ou prolongados por outras redes dotadas de diferentes hegemonias e potências. E isso não está relacionado apenas às infraestruturas ou tecnologias que assentam as redes, pois também dizem respeito aos seus usos e acessos. Isso porque a seletividade das redes pode tanto comunicar quanto não comunicar, assim como podem incluir e excluir, já a rede está espalhada “[...] por todo o mundo, mas não inclui todas as pessoas”³⁸, tessitura semelhante encontrada também em muitos argumentos de Milton Santos, para o qual “[...] só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios”³⁹.

Portanto, o terceiro pressuposto metodológico da de uma história desenvolvida a partir do pressuposto das redes está alicerçado na própria perspectiva da sociedade em redes, que não é nova, mas que se renova na contemporaneidade diante das TICs e de suas possibilidades. Isso implica em afirmar que, diante de tecnologias que favorecem a produção conectada do conhecimento, há que se avançar também nos seus modos de construção, o que inclui a proposta de releituras conectadas e em rede da história da imprensa brasileira.

Em síntese, afirmamos que o mundo objetivo e a realidade subjetiva certamente se interrelacionam, mas não podem ser confundidos, uma vez que conhecer é sempre um ato orientado pela densidade histórica.

37 Manuel Castells, *A sociedade em rede* (São Paulo: Paz e Terra, 1999).

38 Manuel Castells, *A sociedade em rede* (São Paulo: Paz e Terra, 1999), 18.

39 Milton Santos, *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (São Paulo: EDUSP, 1996), 26.

Nesse ponto de vista, o conceito tem a capacidade de universalizar relações eclodidas no plano histórico, social e cultural, mas as narrativas, alicerçadas no viver, possibilitam entendimento mais amplo da existência e das suas singularidades. A própria existência, enquanto aspecto simbólico da vida, é o âmago de toda simbologia. Isso posto, pontuamos o quarto direcionamento metodológico: a construção de leituras fragmentadas ou generalistas da historiografia do jornalismo brasileiro leva à superficialidade e promove a efemeridade, interferindo na visibilidade do local e do regional, ao mesmo tempo em que limita a capacidade reflexiva e promove pensamentos dispersos mais próximos do senso comum e mais distantes de uma produção científica vigorosa.

O quinto e último pressuposto funda-se na não neutralidade da comunicação humana e, por consequência, da pesquisa histórica e científica. Continuar produzindo fragmentos ou pensar em generalizações originárias aos territórios hegemônicos e de poder é perpetuar conjecturas, quando elas podem emanar de interações em redes que produziram novas visibilidades.

3. REDES E CONEXÕES NUMA HISTÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA

Conforme mencionamos, o primeiro estudo empreendido no âmbito da “Rede de Pesquisa sobre História da Imprensa no Brasil do Século XIX” está sistematizado em uma obra, cujo alicerce encontra-se na perspectiva histórico-comunicacional, já que a síntese apresentada possui centralidade no contexto da comunicação, ao mesmo tempo em que desloca as chaves de leituras para outros territórios culturais brasileiros distintos do Rio de Janeiro, então capital do Império. Para tanto, a opção foi pensar numa divisão metodológica do país tal como ocorria no século XIX: Oeste Marítimo, Governos Gerais do Leste e Governos do Interior.

Dezenas de pesquisadores envolveram-se nessa atividade e mobilizaram outros colegas, de modo a apresentar tramas temporais e de sentidos que revelam passados edificadores do Brasil oitocentista e do tempo vindouro. Num plano geral, os movimentos reflexivos, presentes nos capítulos do livro já referido, foram construídos por meio do acesso aos acervos de periódicos que circularam no Brasil do século XIX, sendo que muitas dessas sínteses ainda não haviam sido registradas com olhar histórico-comunicacional.

Já na introdução, que apresenta os fundamentos da pesquisa e a própria obra⁴⁰, destacam-se alguns movimentos, a começar pelo aumento significativo da circulação de jornais a partir de 1820, momento histórico no qual grupos políticos em busca de poder nacional, regional e local afirmavam suas ideias na imprensa periódica, ao mesmo tempo em que o país passava por reestruturações geopolíticas importantes, tais como a Independência (1822), a renúncia de Dom Pedro I (1831) e o período Regencial. Pelos periódicos, é possível perceber que o embate inicial se mirava no constitucionalismo monárquico, que depois tomou novo corpo nas bandeiras republicanas e abolicionistas, fundadoras de impressos e movimentadoras do debate na arena política nacional.

Em relação ao escopo desses impressos, para além dos afiliados aos grupos políticos regionais e nacionais – hegemônicos ou não – é possível perceber iniciativas que se autodeclaravam culturais, noticiosas, empresariais, femininas, estudantis, religiosas, maçônicas, satíricas e literárias, dentre outras similares. Muitos desses periódicos tiveram vida efêmera, mas perenizaram seus ideais na seara da história da imprensa brasileira, por vezes, utilizando-se de muita criatividade para vender seus exemplares⁴¹.

Outra questão que salta aos olhos são as redes e conexões que os periódicos oitocentistas estabeleciam entre si, pois era prática comum enviar um jornal para a sede do outro e vice-versa. Com isso, um impresso noticiava acontecimentos de outra localidade, ao mesmo tempo em que nutria aquela com as suas próprias informações. Por mais longínquos dos grandes centros urbanos do país que estivessem, os jornais oitocentistas que circularam nos rincões do Brasil não eram isolados. As redes e conexões que estabeleciam com periódicos correligionários do seu escopo ou ideais garantiam a visibilização de fatos locais, regionais, nacionais e internacionais, mesmo que com um *delay* temporal, dadas às condições de transporte da época⁴². Além disso, em vários lugares,

40 Intitulado “A imprensa do século XIX: um olhar histórico-comunicacional”, este texto é assinado por Ana Paula Goulart Ribeiro e Marialva Barbosa, que, junto com Antonio Hohlfeldt, também são organizadoras do livro, como já nos referimos anteriormente.

41 Em Goiás, por exemplo, a pesquisa registra a seguinte estratégia de promoção de vendas: o primeiro exemplar do jornal era entregue na casa dos prováveis assinantes que, se não devolvessem o mesmo na sede da redação, passava a ser considerado assinante e, em seguida, recebia a cobrança pela assinatura.

42 A notícia da abolição da escravidão no Brasil, por exemplo, demorou cerca de três meses para chegar ao interior do país.

quando o Correio Postal chegava em algum aglomerado urbano, era alardeado com sinalizações sonoras para que a população ficasse ciente daquele evento extraordinário, que trazia notícias de outras paragens, seja em forma de correspondências ou de jornais.

Ao ler os resultados da pesquisa, fica latente que as localidades brasileiras do século XIX, em diferentes regiões, estabeleceram trânsitos culturais construtores de espaços e redes comunicacionais e informacionais, sintetizados em uma ordem impressa – a dos jornais – que, a seu tempo e a seu modo, produziram e fizeram circular conteúdos simbólicos, ao mesmo tempo em que mediarão trocas culturais em variados ordenamentos. Sem a construção de uma pesquisa em redes e conexões, dificilmente isso poderia ser percebido.

É possível compreender que as pautas de interesse nacional permearam os impressos, ao mesmo tempo em que esses não se furtaram de debater questões localistas, cujo interesse focava em conjunturas regionais. Essa questão é aparece no estudo focado em momentos axiais da implantação da imprensa em um território que, no século XIX, era denominado Grão-Pará⁴³. Nesse texto, percebemos tanto as dificuldades com a aquisição de equipamentos tipográficos e litográficos que eram comuns aos territórios interioranos, quanto as principais agendas, que, entre outros, englobavam a Independência, o abolicionismo e a República, sem, contudo, deixar de registrar temáticas regionais.

Nos dois capítulos seguintes, o leitor tem com temáticas similares, porém, focadas em particularidades e singularidades inerentes a outros territórios pertencentes ao Oeste Marítimo: O Maranhão e o Piauí⁴⁴. Nessa primeira localidade, o abre-alas do jornalismo foi o periódico *O Conciliador do Maranhão*, que circulou entre 1821 e 1823, ou seja, em um período de rupturas, já que assinala os anos iniciais da Independência.

43 O texto, intitulado “A imprensa em solo amazônico: momentos-chave da configuração dos impressos no Pará do século XIX”, é assinado por Netília Silva dos Anjos Seixas, Leonardo Santana dos Santos Rodrigues e Jessé Andrade Santa Brígida.

44 Respectivamente, os capítulos são: “Letras impressas, disputas e acomodações: a expansão da imprensa maranhense no século XIX”, de autoria de Roseane Arcanjo Pinheiro e Thays Assunção Reis e “O inimigo do Império: O Amigo do Povo”, assinado por Ana Regina Rêgo, Ranielle Leal e Vinícius Ferreira.

Mais do que localizar as primeiras décadas do periodismo impresso no Maranhão, o texto possibilita perceber movimentos que também estão presentes em outras regiões do país, tal como a expansão da imprensa, alicerçada nas localidades com maior expressão econômica, o que ocorreu tanto no Leste quanto no Norte maranhenses. Para além das conjunturas de poder que fizeram circular jornais, sob o olhar histórico-comunicacional, a pesquisa também engloba análises de produtores, condições de produção e circulação, discursos jornalísticos e leitores, o que não seria possível ser construído com um olhar de fora.

Já no que concerne ao Piauí, tema do quarto capítulo, a centralidade está em um personagem atuante na imprensa política do Segundo Reinado, cuja trajetória liberal travou forte oposição ao Império e a Dom Pedro II: David Moreira Caldas. Mais do que aprofundar nos ideais do “Amigo do Povo” e “Inimigo do Império”, o texto revisita memórias a partir de vestígios do passado que remarcam intencionalidades e lutas silenciadas pelas já citadas obras generalistas sobre a história da imprensa brasileira.

O texto seguinte, já localizado nos Governos Gerais do Leste, revela assuntos pouquíssimos citados na historiografia da imprensa brasileira, já que o foco foram os periódicos baianos que hoje poderiam ser chamados de especializados⁴⁵. Esses periódicos tinham públicos bastante específicos: as mulheres, as crianças e os espíritas, constituindo-se em publicações que instrutivas, pedagógicas e divulgadoras da doutrina kardecista, um vanguardismo para aquele momento histórico no qual o catolicismo ainda era a religião oficial do país. Novamente, percebemos um recorte que, sem o olhar localista, dificilmente seria abordado em uma narrativa historiográfica sobre a imprensa brasileira.

Pernambuco compõe os três próximos textos do livro, com foco, respectivamente, na imprensa política do período da Independência, no jornal mais antigo em circulação na América Latina e na importância do jornal editado por Frei Caneca para a Confederação Equador⁴⁶.

45 Esse texto é intitulado “A imprensa especializada da Bahia no século XIX: para crianças, mulheres e espíritas” e foi elaborado pela pesquisadora Herica Lene.

46 São eles: “‘Senhor Redator:’ Imprensa e cultura política em Pernambuco da época da Independência, assinado por Flavio José Gomes Cabral; “Diário de Pernambuco: de uma folha de anúncios ao jornal mais antigo em circulação na América Latina”, de Tércio de Lima Amaral e “O Typhis Pernambucano e a Confederação do Equador”, cuja autoria é de Aline Maria Grego Lins.

O primeiro está centrado na cultura política vintista que, a partir da chamada Revolução do Porto de 1820, até o chamado Dia do Fico, em 1822, um marco na Independência que empoderou os liberais e a própria discussão em relação às liberdades. Além de contextualizações históricas, analisa a contribuição pedagógica de impressos como *Aurora Pernambucana*, *Segarrega*, *Relator Verdadeiro*, *O Marimbondo* e *Gazeta Pernambuco*, destacando os diálogos empreendidos pelos liberais contra os valores despóticos e em prol da construção de um projeto social alicerçado em valores da brasilidade.

O *Diário de Pernambuco* é o foco do próximo texto que destaca tanto o impresso mais antigo da América Latina, quanto suas contribuições para os avanços e a consolidação da imprensa periódica pernambucana. Assim como ocorreu em outras localidades, as mudanças na gestão regional da Província repercutiram-se no impresso, que no século XIX, navegou entre combativo, liberal, conservador, oficioso e até mesmo comercial, com grande foco em anúncios. Apesar disso, o *status* de publicação oficial foi garantidor da sua longevidade, bem como do seu legado não só na cultura impressa pernambucana, como também na formação de jornalistas daquela região.

Após a Independência, em julho de 1824, Pernambuco deu início a um movimento revolucionário que se espalhou para outras províncias, como o Rio Grande do Norte, a Paraíba e o Ceará. O grande líder desse movimento foi Frei Caneca⁴⁷, que, em 25 de dezembro de 1823, havia fundado um jornal – *O Typhis Pernambucano* – para divulgar tais ideais. As narrativas presentes nesse impresso no contexto da Confederação do Equador compõem o último capítulo do livro focado na imprensa pernambucana. Além do conteúdo do impresso, a autora recorreu a uma coleção raríssima do Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), trazendo, portanto, leituras aprofundadas, textualidades e memórias singulares.

47 Como tantos outros movimentos revolucionários brasileiros, a Confederação do Equador foi duramente reprimida pelo poder central, que, no início de 1825, prendeu Frei Caneca e o condenou à morte por enforcamento. Porém, três carrascos recusaram-se a enforcar o frade, que foi amarrado ao poste da força e fuzilado em seguida.

Ainda compondo os territórios dos Governos Gerais do Leste, o livro perpassa por São Paulo, São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina⁴⁸. O capítulo sobre São Paulo inicia debatendo o atraso na implantação da imprensa paulista, datado de 1823, em um território importante para os movimentos de exploração e povoamento do interior do país, cujo desenvolvimento, contraditoriamente, foi lento e tardio – o que repercutiu na formação da própria imprensa periódica.

Na divisão metodológica dos Governos Gerais do Leste, o livro apresenta as análises de movimentos de impressos noticiosos, revolucionários, literários e cronistas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, cujo periodismo foi inaugurado em 1827, por meio do *Diário de Porto Alegre*. Contudo, também abarca escritoras-jornalistas publicavam seus textos literários e femininos e chegaram a fundar um periódico que atravessou o século, *bem como a imprensa negra, cuja maior expressão é o jornal O Exemplo* (1892-1897; 1902-1916 e 1917-1930). Tal como ocorreu em outras regiões, a imprensa periódica em Santa Catarina, província vizinha, também registra tardiamente, desafios e lentidão em sua implementação, reflexos de um território que foi ocupando-se e desenvolvendo-se de modo heterogêneo e com particularidades.

Finalmente, o livro apresenta as pesquisas acerca dos Governos do Interior, mais especificamente, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso⁴⁹. Ao nos depararmos com a pesquisa sobre o primeiro desses territórios, compreendemos que os periódicos mineiros também acompanharam o movimento de urbanização daquela região, especialmente nas localidades com maior poder econômico. No bojo dessas análises, os autores questionam as generalizações que apontam a existência de uma imprensa única em Minas Gerais, pois compreendem que essa não emergiu homogeneamente em todo o território provincial mineiro. O

48 Respectivamente nos capítulos: “A evolução do jornalismo em São Paulo no século XIX: íntimo reflexo do processo de desenvolvimento urbano e cultural” de Gisely Hime; “Apontamos para uma história da imprensa no Rio Grande do Sul do século XIX”, elaborado por Aline Strelow e al. e “O pioneirismo do áulico O Catharinense e o longo hiato até o surgimento da primeira publicação satírica ilustrada de Santa Catarina”, de Mauro César Silveira.

49 São os capítulos “Desejos de modernidade entre burburinhos da urbanização: a imprensa oitocentista em Minas Gerais”, assinado por Ana Spannenberg, et al. e “Por uma história cultural da imprensa no Centro-Oeste brasileiro”, cuja autoria é de Rosana Maria Ribeiro Borges, Mario Luiz Fernandes e Wéber Félix de Oliveira.

texto avança ao contextualizar as variadas faces da imprensa de Minas Gerais sob a ótica das dinâmicas locais e das especificidades dos lugares, desconstruindo, portanto, a ideia de que o periodismo impresso oitocentista naquela Província era coeso.

Já Goiás e Mato Grosso integram o penúltimo capítulo, e já inicia com um alerta: apesar de a imprensa ter surgido no que hoje é denominado Centro-Oeste brasileiro há quase 200 anos, uma análise histórica ou síntese histórico-comunicacional ainda está sendo edificada. Unindo esforços de pesquisadores da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, inicia contextualizando o primeiro jornal da região, o *A Matutina Meiapontese* (1830-1834), que nasceu fora da capital goiana por iniciativa privada, mas também funcionava como uma espécie de “correio oficial” das Províncias de Goyaz e Mato Grosso. Além disso, a pesquisa revela particularidades instigantes, tal como as mulheres tipógrafas da Cidade de Goiás que trabalhavam na *Typographia Perseverança*, negras, empregadas por um jornalista também negro e filho de escravizado que não só fundou jornais abolicionistas e republicanos, como também inaugurou a primeira fábrica de papel da região, isso tudo no final do século XIX.

Finalmente, o último capítulo do livro debate os circuitos comunicacionais registrados na imprensa brasileira no século XIX, ao mesmo tempo em que também é o fechamento da obra construída nos pressupostos da pesquisa histórico-comunicacional em redes e conexões⁵⁰. Num movimento reflexivo, a autora acessa os vestígios e rastros do passado que foram reconstruídos pelo grupo de pesquisadores da “Rede de Pesquisa sobre História da Imprensa no Brasil do Século XIX” com o objetivo maior de, a partir de leituras locais e plurirregionais, evidenciar os circuitos do jornalismo impresso da Corte para as províncias, dessas para a Corte e das províncias entre as províncias. Isso porque a autora aponta a existência de fluxos e contrafluxos simbólicos, cuja composição não era homogênea nem tampouco apenas hegemônica. Nesse cenário, a essência da trama é comunicacional e histórica, é conjuntural sem deixar de ser localista ou regionalista, é, portanto, a aplicação dos pressupostos

50 O capítulo é intitulado “Tempos de Independência: circuitos comunicacionais da imprensa no século XIX”, e foi assinado por Marialva Barbosa.

metodológicos anteriormente debatidos no que concerne à releitura da história da imprensa brasileira em redes e conexões – mesmo porque não é possível falar em uma história da imprensa brasileira oitocentista, e sim, em múltiplas histórias da imprensa no Brasil no século XIX.

Tais olhares dificilmente viriam a tona sem uma perspectiva plurirregional e construída por distintos pensamentos que se localizam nas mais diversas possíveis direções, que incluem os pontos cardeais, colaterais, subcolaterais, territoriais e simbólicos indicados pela rosa dos ventos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, objetivamos debater caminhos para a construção de leituras históricas da imprensa brasileira em redes e conexões. Para tanto, exploramos pressupostos, trilhas interpretativas e articulações teórico-metodológicas do fazer histórico-comunicacional capazes de promover deslocamentos interpretativos de outros territórios culturais do país, cujas dinâmicas e simbologias dos periódicos impressos oitocentistas foram distintas das que ocorreram no Rio de Janeiro, antiga capital do Império.

Ao protagonizar lugares e regiões do vasto território, apontamos para a necessidade de superação tanto dos estudos históricos particularistas da imprensa, que acabam isolando lugares e regiões do cenário conjuntural, quanto daqueles que apresentam análises generalistas da síntese histórica centradas nos grandes centros de poder com perspectivas macroestruturais e hegemônicas que também se afastam da totalidade histórica.

Na condição de movimento metodológico, a concepção plurirregional da reescrita da história da imprensa brasileira parte do princípio de que os veículos de jornalismo não estão soltos no mundo, uma vez que sempre erigem em redes e conexões. Desse modo, independente da escala, as pesquisas históricas da imprensa requerem enfoques metodológicos também conectados, capazes de fortalecer o local em relação ao global e de localizar o global perante o local. Debates essa perspectiva metodológica por meio do trabalho desenvolvido pela “Rede de Pesquisa sobre História da Imprensa no Brasil do Século XIX”. Esse estudo, realizado por pesquisadores de todas as regiões do Brasil, tem

foco nos periódicos oitocentistas e apresenta leituras históricas governadas pela lógica das redes e conexões, nas quais os processos locais articulam-se com os mais amplos, revelando especificidades e modos culturais de existência.

Diante dessa experiência, e a partir das reflexões que dela emanaram, defendemos cinco pressupostos para a produção de uma história da imprensa em redes e conexões: 1) agir não apenas para constatar silenciamentos e não ditos, mas para apresentar leituras e narrativas a partir desses, objetivando aproximar-se de uma visão mais totalizante; 2) produzir movimentos históricos em redes requer protagonizar critérios dos espaços e temporalidades do local e do regional em relação com o global; 3) na contemporaneidade, as TICs e suas possibilidades renovam a sociedade em redes digitais, favorecendo a construção de histórias conectadas; 4) historiografar plurirregionalmente é um movimento que combate o pensamento disperso, capaz de romper com leituras fragmentadas ou generalistas que invisibilizam o local e o regional e limitam a capacidade reflexiva e a produção científica vigorosa; 5) não existe neutralidade na comunicação humana e tampouco na pesquisa histórica e científica, de modo que o não rompimento com a perspectiva fragmentista ou generalista dos territórios hegemônicos levam à perpetuação de equívocos, ainda mais considerando que é possível interpretar a partir de interações em redes e conexões.

Este posicionamento metodológico permite refletir sobre as trocas comunicacionais que estabelecem as conexões para além dos aparatos tecnológicos que circulam nos lugares, espaços e territórios, já que esses são marcados pela historicidade dos sujeitos, também composta por exclusões, barbáries e outras esferas do viver significadoras das suas ações. Na constituição do *bios midiático*, as redes são, de fato, o âmago da existência⁵¹.

Barbosa e Gutiérrez⁵² postulam que não existe redes sem conexões, ou seja, pensamos o passado inseridos na trama da nossa própria

51 Muniz Sodré, *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear em rede* (Petrópolis: Vozes, 2002).

52 Marialva Barbosa e Eduardo Gutiérrez. “História da mídia: comparar ou conectar?”, *Revista Internacional de Historial de la Comunicación* No. 18 (2022).

existência, movidos pelos sentimentos do lugar e do tempo que nos localiza. De fato, quando pensamos na teoria das redes, compreendemos que, inicialmente, a conectividade entre diferentes unidades sociais era visualizada apenas pela materialidade física e infraestrutural dos seus fluxos e nós. Porém, na contemporaneidade, a complexidade das redes aponta também para o seu caráter simbólico, visto que elas não existem fora da vida social, nem tampouco são alijadas de sentidos, valores e ideologias que balizam ações. A partir de tais assertivas, podemos engendrar outros caminhos nas teias do passado, pois quanto mais nos afastamos do presente, mais construímos lugares enunciativos das tramas da imprensa em redes descentralizadas e governadas pelos modos comunicacionais ou perspectiva histórico-comunicacional.

Em síntese, não nos interessa a centralidade dos espaços hegemônicos, mas os processos que, transformados pela lógica da complexificação tecnológica, produzem trânsitos que configuram novas dinâmicas culturais a partir dos modos comunicacionais. Ao regionalizar a história da imprensa brasileira para poder conectá-la, as fronteiras culturais das regiões são inseridas no centro reflexivo, ao mesmo tempo em que o fazer histórico constrói alternativas na perspectiva das temporalidades significativas para os sujeitos do passado. Ao pontuar a historiografia da imprensa no Brasil do século XIX, estamos falando de um lugar marcado pela exclusão, colonização, escravização e enraizamento de um pensamento conservador e patrimonialista, excludente. É isso que nos une como redes e permite pensar as conexões no domínio de uma história conectada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

- Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.
- Barbosa, Marialva e Ribeiro, Ana Paula G. e Hohlfeldt, Antônio. *História da imprensa no Brasil do século XIX*. Porto Alegre: EdPUCRS (no prelo)
- Barbosa, Marialva e Gutiérrez, Eduardo. “História da mídia: comparar ou conectar?”. *Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, No. 18 (2022): 126-141. <https://dx.doi.org/10.12795/RIHC.2022.i18.08>.

- Barros, José D'Assunção. "História, espaço e tempo: interações necessárias". Revista Varia História, Vol. 22, No. 36 (2006), 460-475, <https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000200012>.
- Bordenave, Juan E. Diaz. O que é comunicação. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Borges, Rosana Maria Ribeiro. "Pensamentos Dispersos, Hegemonias Concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado" (Tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2013).
- Castells, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Deslauriers, Jean Pierre e Kerisit, Michele. "O delineamento da pesquisa qualitativa". Em A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos, editado por Pou-Part, Jean Luc et al. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, 127-153.
- Fadul, Anamaria e Moreira, Sonia Virgínia. "Prefácio". 10 anos: o percurso do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação no Brasil. Sonia Virgínia Moreira et al. São Paulo: Intercom, 2019, 7-10
- Heller, Agnes. Uma teoria da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- Karl, Marx. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Lefebvre, Henri. Lógica formal, lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- Mattelart, Armand. A globalização da comunicação. Bauru: EDUSC, 2000.
- Morales, Fabio Augusto e Silva, Uiran Gebara da. "História antiga e história global: afluentes e confluências". Revista Brasileira de História. São Paulo, Vol. 40, No. 83, 2020, 125-150. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472020v40n83-06>.
- Ota, Daniela Cristiane e Rodrigues Filho, Lairtes Chaves. Geografias da Comunicação na pesquisa sul-matogrossense: fronteiras, territórios e perspectivas, Manaus: Intercom, 2013. <https://www.academia.edu/download/38648216/geografias.pdf>.
- Rancière, Jacques (2011). "O conceito de anacronismo e a verdade do historiador". Em História, verdade e tempo, editado por Salomon, Marlon (org.). Chapecó: Argos, 2011.
- Santos, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 1996.
- Santos, Milton. O dinheiro e o território. Em Território, territórios. Ensaios sobre o ordenamento territorial, editado por Santos, Milton. et al. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- Santos, Milton. Espaço e método. São Paulo, Nobel, 1885.
- Santos, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo, Hucitec, 1988.
- Santos, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1997.

- Sodré, Muniz. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear em rede* Petrópolis: Vozes, 2002.
- Sodré, Muniz. *A ciência do comum: Notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Fontes Secundárias

- Bahia, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.
- Barbosa, Marialva. *História Cultural da Imprensa - Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: MauadX, 2007.
- Barbosa, Marialva. *História Cultural da Imprensa - Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro: MauadX, 2010.
- Barthes, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- Conrad, Sebastian. *O que é história global?* Lisboa: Edições 70, 2019.
- Olstein, Diego. *Thinking history Globally*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.
- Lustosa, Isabel. *Insultos Impressos. A guerra dos jornalistas na independência. 1821 – 1823*, São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- Martins, Ana Luiza e de Luca, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- Morel, Marco. *As transformações dos espaços públicos - Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- Romancini, Richard e Lago, Cláudia. *História do Jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.
- Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Para citar este artigo: Carlos Barbosa, Marialva y Rosana Maria Ribeiro Borges. “Redes e Conexões como perspectivas metodológicas nos estudos histórico-culturais da imprensa no Brasil: entre o local e o nacional”, *Historia Caribe* Vol. XIX No. 44 (Enero-Junio 2024): 27-55. DOI: <https://doi.org/10.15648/hc.44.2024.3891>



Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93781665003>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe,
Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no
âmbito da iniciativa acesso aberto

Marialva Carlos Barbosa, Rosana Maria Ribeiro Borges

Redes e Conexões como perspectivas metodológicas nos estudos histórico-culturais da imprensa no Brasil: entre o local e o nacional*

Redes y conexiones como perspectivas metodológicas en los estudios histórico-culturales de la prensa en Brasil: entre lo local y lo nacional

Networks and connections as methodological perspectives in the historical-cultural studies of the press in Brazil: between the local and the national

Réseaux et connexions comme perspectives méthodologiques dans les études historico-culturelles de la presse au Brésil: entre le local et le national

Historia Caribe

vol. XIX, núm. 44, p. 27 - 55, 2024

Universidad del Atlántico,

ISSN: 0122-8803

ISSN-E: 2322-6889

DOI: <https://doi.org/10.15648/hc.44.2024.3891>